



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**A inserção da mulher na polícia militar:
uma análise à luz do contingente masculino do 2º
Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB**

Campina Grande
2011

MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**A inserção da mulher na polícia militar:
uma análise à luz do contingente masculino do 2º
Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Campina Grande/PB
2011

O48i Oliveira, Maria José do Nascimento.
A inserção da mulher na polícia militar [manuscrito] :
uma análise à luz do contingente masculino do 2º
Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB /
Maria José do Nascimento Oliveira. – 2011.
27 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Alecsonia Pereira Araujo,
Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço Social. 2. Segurança Pública. 3. Gênero.
4. Mulheres. 5. Policias Militares. I. Título.

21. ed. CDD 361

Maria José do Nascimento Oliveira

**A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR: uma análise à luz
do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de
Campina Grande/PB**

Aprovado em: 11 / 08 / 2011

Nota: 9,5 (nove e meio)

BANCA EXAMINADORA



Profª Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Orientadora



Profª Ms. Thereza Karla de Souza Melo

Examinadora



Assistente Social Genize Pereira Santos

Examinadora

Campina Grande/Pb

2011

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01	Especificação da opinião dos policiais militares entrevistados acerca da atuação da mulher na Polícia Militar	14
Gráfico 01	Especificação da existência de mudanças após a inserção da mulher na Política Militar, segundo os policiais entrevistados ..	16
Gráfico 02	Especificação acerca da opinião dos policiais militares sobre a capacidade da mulher de atuar no policiamento ostensivo	17
Gráfico 03	Especificação se existe dificuldade dos policiais entrevistados em ter uma mulher como companheira de trabalho	18
Gráfico 04	Especificação da aceitação de vagas iguais nos concursos para a Política Militar, segundo os entrevistados	20

SUMÁRIO

RESUMO	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO	7
3 SEGURANÇA PÚBLICA: A REALIDADE BRASILEIRA	9
4 MULHER E POLÍCIA MILITAR	11
5 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA: POLICIAIS MILITARES	12
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICES	24

A inserção da mulher na polícia militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB

Maria José do Nascimento Oliveira

RESUMO

O presente estudo centrou-se na análise da inserção da mulher na polícia militar à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB. Para tanto, utilizamos a pesquisa de campo, de caráter quanti-qualitativo, cujo referencial teórico-metodológico adotado foi o dialético marxista, que permite conhecer realmente um objeto, estudando todos os seus aspectos e conexões e tudo é visto em constante mudança. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semi-estruturada, junto aos policiais militares masculinos do 2º BPM, sendo a análise dos dados permeada pela técnica de análise de conjuntura e de conteúdo. Mediante os resultados, constatou-se que apesar dos policiais militares reconhecerem as conquistas e lutas das mulheres, no âmbito da segurança pública, estas não devem realizar todas as atribuições de um policial militar, tendo em vista as limitações que envolvem o universo feminino. Portanto, conclui-se que na realidade cotidiana estão presentes discriminações vinculadas as relações de gênero.

Palavras-chave: Segurança Pública. Gênero. Mulheres. Policiais Militares.

ABSTRACT

This study focused on the analysis of the inclusion of women in the military police in the light of the male contingent of the 2nd Military Police Battalion of Campina Grande / PB. For this purpose, we use the field research, quantitative and qualitative character, whose theoretical and methodological framework adopted was the Marxist dialectic, which allows an object really know, considering all its aspects and connections and everything is seen in constant change. Data collection took place through a semi-structured interview, along with two male police officers Battalion, and data analysis permeated by the technique of scenario analysis and content. From the results, it was found that despite the military police to recognize the achievements and struggles of women within the public safety, they should not perform all the duties of a police officer, in view of the limitations involving the female universe. Therefore, we conclude that in reality are present everyday discrimination linked to gender relations.

Key-words: Public Safety. Gender. Women. Military Police.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto investigativo analisar a inserção da Mulher na Polícia Militar à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande/PB.

As motivações e o interesse para a escolha do tema surgiu durante as observações no campo de estágio supervisionado realizado no 2º BPM, que provocaram inquietações quanto ao aumento do número de mulheres inseridas na polícia, bem como nos sentimos instigadas a verificar como os policiais militares sentem-se ao dividirem seus espaços de trabalho, âmbito profissional majoritariamente masculino, com as mulheres, “tidas como sexo frágil”.

Como sabemos, durante muito tempo as corporações militares recrutaram indivíduos do sexo masculino, não incluindo as mulheres e o seu potencial na defesa direta dos cidadãos na sociedade.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo, sendo desenvolvida por meio da observação direta para captar explicações e interpretações do grupo estudado. Também utilizamos dados quanti-qualitativos, que de acordo com Minayo (1994, p. 22) “[...] se completam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O referencial teórico-metodológico adotado pautou-se no método dialético marxista, pois este nos permite conhecer realmente um objeto, estudando todos os seus aspectos e conexões e tudo é visto em constante mudança.

Conformaram os sujeitos desta pesquisa, os policiais militares do sexo masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande/PB, cuja amostragem foi do tipo intencional, que segundo Marsiglia (2001, p. 25), é usada para obter opinião de certas pessoas, não sendo necessariamente representativa do universo, mas parte dele. Assim, entrevistamos 25 policiais militares, ou seja, 3% do contingente masculino do 2º BPM de Campina Grande/PB, tendo em vista um universo de aproximadamente 1.100 policiais.

Portanto, o material utilizado foi constituído por dados primários, obtidos através da entrevista semi-estruturada junto aos sujeitos da pesquisa, bem como por dados secundários coletados de outras pesquisas realizadas na área do Serviço

Social. Também procedemos um levantamento bibliográfico e de outros documentos referentes ao objeto de estudo.

Os dados foram organizados e tabulados, sendo representados por gráficos e tabela. Para analisar os dados foi utilizada a análise de conteúdo, definida por Bardin (1997) como sendo um conjunto de técnicas que visa obter sistematicamente a descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não), permitindo a conexão de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, ou seja, visa descobrir o que está por trás de cada resposta.

Dessa forma o artigo encontra-se dividido em três etapas: a primeira enfatizando as relações gênero, seguida do contexto da segurança pública no Brasil, bem como da inserção da mulher na polícia militar e por fim, encontra-se a análise dos dados da pesquisa realizada no 2º BPM. Seguem ainda, as considerações finais, as referências que subsidiaram o estudo e os apêndices.

2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Pensar em gênero significa pensar nas desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, desigualdades que foram construídas historicamente a partir das diferenças entre os sexos. A expressão gênero começou a ser utilizada para mostrar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas física e biológica.

Desde os primórdios os homens sempre tiveram o poder maior de decisão e negociação. A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher nas fábricas, separando o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril.

Na divisão sexual do trabalho a desigualdade imprimiu-se na subordinação das mulheres no mercado de trabalho, que é recriada como nas outras esferas sociais, se manifestando principalmente nos salários e na qualificação das tarefas.

[...] a qualificação é uma contração social fortemente sexuada, marcada pelo gênero, é uma dimensão fundamental do processo de constituição das categorias que vão estruturar a definição dos postos de trabalho e dos perfis de qualificação e competências a eles associados (HUMPHREY, 1987 apud CARLOTO, 2001, p. 206).

Diante desse histórico Carloto (2001, p. 205) vem afirmar que

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relação de poder, nas quais o masculino não é univalente diferente do feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina.

Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. A construção social das diferenças entre homens e mulheres, entre brancos e negros, contribuíram para uma desigualdade do poder gerando discriminações.

A luta das mulheres contra as formas de opressão foi denominada de feminismo, esse movimento foi de extrema importância para o debate das relações de gênero, pois ajudou a entender as complexidades de uma sociedade que obedece a uma hierarquia sexual, enfatizando o caráter social da apropriação e hierarquização das diferenças sexuais. A luta feminina se tornou numa busca para construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. Além de ser uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres evoluindo para a igualdade entre todos, suprimindo as desigualdades de classe.

Segundo Soihet e Pedro (2007, p. 288-289)

[...] gênero dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para "descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la".

Portanto, gênero é um fenômeno histórico e social articulado ao desenvolvimento e reprodução social, referindo-se ao processo de formação da masculinidade e da feminilidade. E a concepção do que é masculino e feminino varia de uma cultura para outra e está ligada aos fatores políticos e econômicos da sociedade.

[...] é importante perceber o gênero não como um conceito fixo, mas como sendo constantemente redefinido e moldado pelos indivíduos em situações históricas particulares nas quais eles se encontram (ROUBOTHAM, 1998 apud BARSTED, 2010, p. 5).

Sendo assim, a discussão sobre gênero precisa ser encarada como um dos eixos que constituem as relações sociais como um todo, podendo contribuir para que as pessoas se tornem conscientes das discriminações que sofrem e assim poderem buscar caminhos novos.

Essa discussão torna-se necessária, particularmente, quando se trata da execução da política de Segurança Pública, por está relacionada historicamente ao universo masculino, a qual detalharemos brevemente a seguir.

3 SEGURANÇA PÚBLICA: A REALIDADE BRASILEIRA

Segurança significa tornar algo livre de perigos, de incertezas. Sendo assim Segurança Pública é

[...] o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão. A segurança pública, assim, limita a liberdade individual, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode turbar a liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a (SILVA, 1963 apud L'APICCIRELLA, 2003, p. 3).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos com o intuito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando as manifestações da criminalidade e da violência, tendo como principais órgãos a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

Estes órgãos atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos sociais reprováveis. Portanto, cabe ao Estado garantir a segurança às pessoas e aos bens na totalidade do território brasileiro, a defesa dos interesses nacionais, o respeito pelas leis e a manutenção da paz e ordem pública.

A Polícia é o órgão administrativo que impõe limites a liberdade de grupos como medida necessária a manutenção da ordem pública, se apresentando em duas formas de combate ao crime, quais sejam: a preventiva e a repressiva. A polícia no Estado Democrático tem ações muito diferentes do período Ditatorial, e é necessária para o controle da criminalidade.

Nos últimos anos, a Segurança Pública tem se tornado um tema bastante discutido na sociedade, principalmente através da mídia. Essa repercussão se dá porque a violência e a criminalidade tem se tornado algo frequente que amedronta cada vez mais os brasileiros gerando sentimentos de insegurança.

Sabemos que para combater essa insegurança pública é preciso reconhecer as falhas no sistema vigente e “corrigir” as ações do Estado, principalmente aquelas voltadas para a raiz social dos problemas que levam o cidadão à prática do crime, e apoiar à ressocialização dos recém-saídos do sistema penal.

Concordamos com Neves (2002, p.147-148), quando revela que:

Se o papel das organizações policiais em sociedades democráticas é o de coibir o uso privado da violência e o de combater a criminalidade, forçoso é reconhecer que apenas essas organizações não são capazes de cumprir essa missão. Mesmo uma polícia tecnicamente mais eficiente e socialmente com mais credibilidade e da violência se a sociedade não se conscientizar de que é necessário compreender e estancar os processos que alimentam uma e outra.

Diante do exposto acima, podemos afirmar que Políticas de Segurança Pública eficientes dependem de ações permanentes que envolvam a participação da sociedade civil, ou seja, uma verdadeira parceria, pois a segurança dos cidadãos é uma questão que inclui os direitos e garantias fundamentais e não o limite delas.

Medidas preventivas, corretivas e educacionais devem ser adotadas para resultados duradouros. Assim com uma verdadeira participação direta da comunidade será mais fácil exterminar as causas da violência e seguirmos para uma sociedade verdadeiramente segura.

4 MULHER E POLÍCIA MILITAR

Como sabemos a Polícia Militar (PM) é a polícia que mais se **confronta com os infratores da lei**. A Polícia Militar é um órgão regido pelos princípios militares, considerados pela Constituição Federal como força auxiliar e reserva do Exército.

A presença da mulher na sociedade moderna é cada vez mais marcante. A Polícia Militar do Estado de São Paulo teve significativo papel nessa evolução, pois foi através dela que, segundo Souza (2011), surge a inserção da mulher na PM.

A idéia de empregar mulheres em missões policiais no Brasil surgiu na década de 50 e foi uma mulher, em 1953, que apresentou, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, sua tese da necessidade de criação de uma polícia de mulheres e defendia que as mulheres eram tão competentes quanto os homens para realizar o trabalho de policial. Isso foi em 1953 e a mulher era Hilda Macedo, assistente da cadeira de Criminologia da Escola de Polícia (SOUZA, 2011, p. 12).

Em 1955 foi assinado o decreto nº. 24.548, criando, na Guarda Civil de São Paulo, o Corpo de Policiamento Especial Feminino sendo chefiado por Hilda Macedo, que se tornou a primeira comandante mulher da polícia militar. Nos primeiros anos as mulheres policiais atuaram no campo da prevenção e como força de apoio a outros órgãos.

Tal experiência foi modelo para a criação de contingentes femininos, não apenas nas demais polícias militares de todo o país, mas como também nas Forças Armadas.

A inclusão das primeiras mulheres na Paraíba em seu corpo de funcionários efetivos se deu em 1987, tendo como destaque a Tenente Coronel Christiane Wildt Cavalcanti Viana, primeira mulher a conquistar o posto mais alto na hierarquia da Polícia Militar da Paraíba.

De acordo com folheto informativo da Polícia Militar, a PM da Paraíba conta atualmente com cerca de 570 mulheres em seu efetivo, distribuídas em diversos Batalhões e funções.

Destarte, a presença feminina nas corporações tradicionalmente masculinas, é um ganho para a cidadania, pois garante visibilidade às questões de gênero e dissolve preconceitos de que a mulher é dócil, frágil e carente de proteção. Cabe às mulheres, como aos homens, atuar com profissionalismo e dedicação, sem deixar margens para críticas que costumam usar um mau exemplo como se fosse algo genérico.

É hora de quebrar paradigmas que discriminam a mulher, até por que ela vem demonstrando ser forte e que tem competência em todas as áreas em que atua.

5 IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA: POLICIAIS MILITARES

Conforme elucidado na introdução deste artigo, foram entrevistados 25 policiais militares do sexo masculino, correspondendo a 3% do total de profissionais que exercem suas atividades no 2º. BPM em Campina Grande/PB.

Portanto, os resultados da pesquisa referentes aos dados de identificação se conformam da seguinte forma

Quanto a faixa etária foi constatado que esta varia entre 23 e 50 anos, idades que se encontram dentro do perfil da população economicamente ativa, pois de acordo com Felizardo e Couto (2011)

A população economicamente ativa é formada pelas pessoas entre 10 e 64 anos que estão trabalhando ou procurando emprego. [...] Em países desenvolvidos, toma-se 15 anos como idade base para o cálculo da PEA (a Constituição brasileira estabelece os 16 anos como idade mínima para o ingresso de crianças no mercado de trabalho) (FELIZARDO; COUTO, 2011, p. 2).

No que se refere ao nível de escolaridade dos entrevistados, constatamos que a maioria possui ou encontra-se em processo para ter uma formação superior, pois 32% possuem o ensino superior completo, outros 32% possuem o ensino médio completo, 24% possuem o superior incompleto, 8% possuem o ensino fundamental completo e por fim apenas 4% possuem o ensino médio incompleto. Durante a entrevista foi observado que esses 8% que possuem o ensino fundamental completo entraram na PM na década de 1980, época em que para ingressar na Polícia não se exigia muito do candidato a soldado, diferentemente do que vem ocorrendo na atualidade, que para ingressar na PM é exigido pelo menos o ensino médio completo.

Já em relação ao estado civil dos sujeitos da pesquisa, 48% revelaram que são casados, 44% são solteiros e 8% são divorciados.

Quanto à graduação dentro da polícia, 60% dos entrevistados são soldados, 16% assumem o posto de cabo, 8% tem o posto de 3º sargento, 8% assumem o posto de capitão, 4% são subtenente e os outros 4% tem o posto de 1º tenente.

Para entendermos melhor a hierarquia militar, faz-se necessário compreender que o posto tido como superior é o de Coronel, seguido do de Tenente-Coronel e Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente, estes são os oficiais. Logo depois vem a graduação das praças, ou seja, Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado. O Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba, quando descreve acerca do comando e da subordinação, revela o seguinte:

Art. 34 - A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre, exclusivamente da estrutura hierárquica da Polícia Militar.

Art. 35 - O Oficial é preparado, ao longo da carreira para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais Militares.

Art. 36 - Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e completam as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; poderão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares a Polícia Militar.

Art. 37 - Os Cabos e Soldados; são essencialmente, os elementos de execução (PARAÍBA, 1977, p. 9).

De acordo com esses postos hierárquicos, constatamos que a renda salarial também varia, pois 56% dos entrevistados revelaram que possuem uma renda mensal entre 2 e 3 salários mínimos, 28% entre 3 e 4 salários mínimos, enquanto outros 12% informaram que a renda salarial é acima de 4 salários mínimos e apenas 4% disseram que a sua renda compreende a faixa entre 1 e 2 salários mínimos.

Vale ressaltar que a qualidade de vida está diretamente relacionada com a renda, pois em uma economia de mercado, como é o caso da brasileira, existem componentes essenciais para o bem-estar das famílias que dependem de sua capacidade de comprar produtos e serviços, tais como alimentos, vestuário, transporte, lazer etc.

Tendo, portanto, traçado o perfil dos entrevistados, agora analisaremos as questões referentes ao nosso objeto de estudo.

Tabela 01 - Especificação da opinião dos policiais militares entrevistados acerca da atuação da mulher na Polícia Militar

OPINIÃO	Nº	%
Fundamental/ Importante	15	60
Necessária para buscas e abordagens	06	24
Péssima	01	4
Deveria haver restrições	01	4
Relativamente boa	01	4
Não sou contra	01	4
TOTAL	25	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Mediante os dados apresentados acima, constata-se que a maioria, ou seja, 60% dos entrevistados consideram fundamental o trabalho da mulher na polícia. Tal dado expressa o reconhecimento e as conquistas das mulheres em mais um campo de trabalho que era, e ainda é, majoritariamente, masculino. Outros 24% revelam que é necessária, no entanto, enfatizando que é para o trabalho de buscas e abordagens, o que revela o caráter de restrições colocado ao trabalho feminino, não se caracterizando como essencial nas demais atribuições dos policiais militares.

Já 4% acham péssima a atuação da mulher na Polícia Militar, o que demonstra certo grau de preconceito contra a mulher, conforme a fala a seguir:

[...] Serviço de polícia não é pra mulher, porque muitas vezes nas incursões policiais as mulheres deixam a desejar, pois fisicamente e cientificamente é comprovado que a mulher tem menos resistência física que o homem (Entrevistado19).

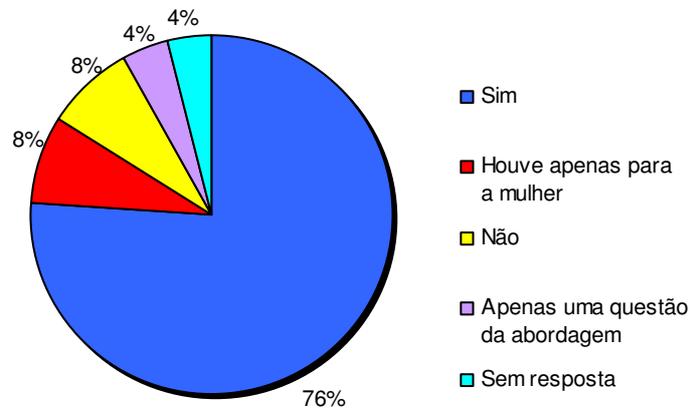
Outros 4% dos entrevistados afirmam que deveria haver restrições, mas não entram em detalhes quando indagados sobre quais seriam essas restrições. Seguido com o mesmo percentual, 4% dos entrevistados, afirmaram que essa atuação é relativamente boa, bem como outros 4% revelaram não ser contra a atuação da mulher na polícia.

De acordo com Calazans (2004, p.144)

O trabalho policial, que vinha sendo visto, necessariamente, como uma ocupação masculina, apresenta desde então uma estrutura que está sofrendo mudanças, na medida em que entram em crise valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina. Passaram-se a buscar outros valores condizentes com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe, uma vez que os policiais defrontam-se com novas situações em que não é tão necessária a força física, tais como a redução de situações potencialmente violentas e conflituosas e o atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado.

Sendo assim torna-se necessária a presença da mulher na polícia, visto que estas são capacitadas tanto quanto os homens neste espaço de trabalho essencial para a sociedade.

Gráfico 01 – Especificação da existência de mudanças após a inserção da mulher na Política Militar, segundo os policiais entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Como podemos vislumbrar no gráfico 01, 76% dos entrevistados revelaram que houve mudanças após a inserção da mulher na polícia, representando, portanto, visibilidade da presença feminina, o que foi destacado por algumas características do universo feminino, como: delicadeza, compreensão, entre outras, que facilitam no quesito relacionamento. Já 8% afirmaram que houve mudança apenas para a mulher, ou seja, uma conquista da classe feminina. Enquanto 8% não identificam mudanças após a inserção da mulher na polícia, demonstrando que a presença feminina não influencia em nada no campo de trabalho. Sob tal perspectiva, 4%, correspondendo à minoria dos entrevistados, declararam que a mudança existente se deu apenas na questão da abordagem, restringindo, mais uma vez, as atribuições da mulher no âmbito da polícia. E por fim, 4% dos entrevistados nada declararam quanto à questão de mudanças na polícia com a inserção da mulher.

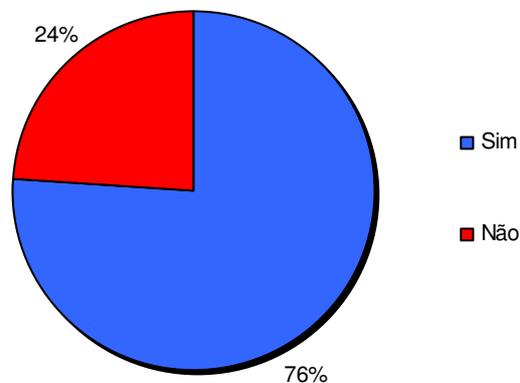
Segundo Calazans (2004), a participação da mulher na polícia representa a busca por ascensão em uma profissão com ideologias machistas.

No Brasil, a filosofia tradicional de policiamento é movida pelo espírito belicoso do Exército Nacional e por ideologias machistas, assim, o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros das polícias dá-se de uma forma muito limitada e com pouca visibilidade. Atualmente, nos estados brasileiros, encontramos os mais diversos

tratamentos à incorporação de mulheres nas polícias militares, manifestos sobretudo por meio de restrições legais e informais, o que vem dificultando a inserção e a ascensão na carreira. (CALAZANS, 2004, p. 143)

No entanto, não podemos perder de vista que mesmo com todas essas dificuldades, as mulheres que almejam adentrar neste espaço de trabalho não podem limitar-se a tais justificativas.

Gráfico 02 – Especificação acerca da opinião dos policiais militares sobre a capacidade da mulher de atuar no policiamento ostensivo



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

No gráfico 02 podemos observar que 76% dos entrevistados afirmam que a mulher está capacitada para atuar no policiamento ostensivo (trabalho na rua, onde o policial é facilmente reconhecido), demonstrando reconhecimento, ou seja, a grande maioria dos entrevistados valoriza o trabalho feminino dentro da corporação.

Também devemos levar em consideração que a inserção da mulher na polícia militar se dar para mudar a qualidade do caráter militarista, através da humanização, intermediação de conflitos e tratamento diferenciado das questões envolvendo gênero.

Neste contexto, consideramos a opinião de Ferreira (1999) quando coloca que não podemos esperar que homens e mulheres construam voluntariamente uma relação de igualdade, visto que a divisão entre os sexos se encontra num conjunto

de relações sociais, afetivas e de poder que vem se construindo ao longo do tempo na sociedade.

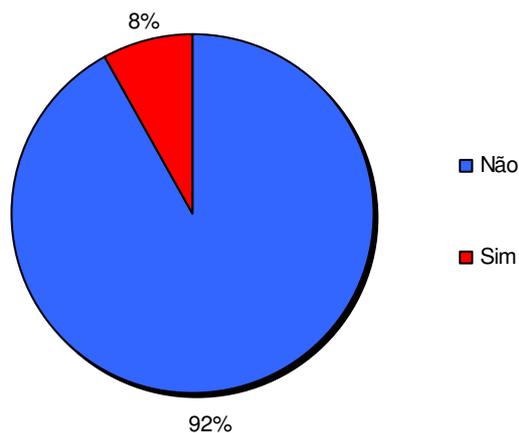
Os outros 24% dos entrevistados consideram que a mulher não está preparada para trabalhar no policiamento ostensivo, demonstrando uma conduta preconceituosa, limitando as funções das mulheres apenas às administrativas, alegando não serem forte fisicamente como os homens, conforme as falas a seguir:

[...] *por as mulheres não serem preparadas fisicamente como o homem* (Entrevistado 19).

[...] *O policiamento ostensivo requer uma postura mais viril* (Entrevistado 18).

Mesmo diante de algumas barreiras justificadas pelo perfil de força física dos homens, é fato que a busca pela realização profissional e a necessidade de produzir e contribuir para o bem-estar da coletividade tem permitido as mulheres agregarem ao seu cotidiano habilidades próprias importantes, como a motivação, capacidade de trabalhar em grupo, administrar conflitos, etc.

Gráfico 03 – Especificação se existe dificuldade dos policiais entrevistados em ter uma mulher como companheira de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Os dados apresentados, neste gráfico, indicam que um número majoritário, ou seja, 92% dos entrevistados revelaram que não existem dificuldades em ter uma mulher como companheira de trabalho. Tal fato demonstra a capacidade que a mulher tem de atuar em qualquer que seja a atribuição no seu campo de trabalho. Por outro lado, 8% sentem tal dificuldade, o que foi justificado de diversas formas, conforme falas abaixo.

No serviço operacional sim, mas no burocrático não (Entrevistado 19).

Mais ou menos, porque o lado positivo é que a mulher pode fazer abordagens em outras mulheres, o lado negativo é que dependendo da ocorrência a força física da mulher torna-se pouca (Entrevistado 02).

Estes dados estão em conformidade com os referentes à indagação de que os policiais sentem a obrigação de proteger sua colega de trabalho por ser mulher, vez que 64% responderam que sentem essa obrigação. Sendo assim podemos observar nas falas que os entrevistados têm ainda a mulher como um sexo frágil.

[...] em alguns momentos, até pela nossa cultura e por motivo de educação, reforçamos a segurança delas (Entrevistado 11).

Sim, principalmente quando se trata de questão de força (Entrevistado 23).

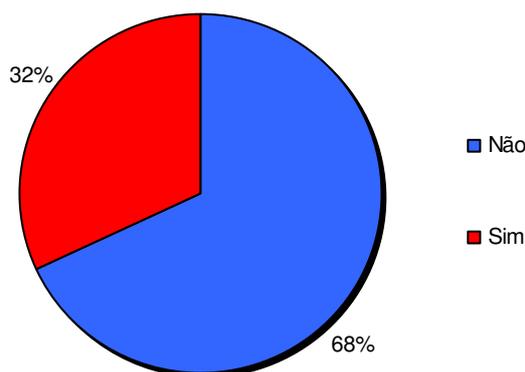
[...] por ser considerada um sexo frágil às vezes se torna necessário essa proteção (Entrevistado 21).

É importante destacar que ser mulher não significa ser um sexo frágil, é certo que comparada fisicamente com um homem, as mulheres possuem uma estrutura corporal diferenciada, mas isso não pode ser parâmetro para estabelecer uma desigualdade profissional. Somos todos iguais, até porque com a evolução da humanidade e através de inúmeras percussoras desse processo de igualdade social, podemos identificar conquistas sociais e profissionais sem uma abrangência limitada.

De acordo com Terezinha Maggi (2011, p. 1), secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do Estado de Mato Grosso,

[...] O que muitos consideram fragilidade é na verdade sensibilidade. Qualidade que é capaz de colaborar nas influências humanas que se tenta propagar na atualidade, pois o mundo passa por transformações rápidas e desastrosas que precisam de mudanças imediatas e a mulher consegue transmitir a importante e dura tarefa de mudar hábitos com a clareza e a delicadeza necessária para despertar o envolvimento de cada indivíduo. A fragilidade da mulher está nos ônus que ela tem que enfrentar pela independência financeira e profissional alcançada. Muitas vezes mulheres bem sucedidas se culpam por não poderem estar presentes fisicamente no dia-a-dia dos filhos e da família; sofrem assédios e violências; recebem remuneração inferior, mesmo ocupando posição igual a do homem.

Gráfico 04 – Especificação da aceitação de vagas iguais nos concursos para a Polícia Militar, segundo os entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2011)

Em conformidade com os dados do gráfico 04, verifica-se que mesmo considerando a atuação da mulher na polícia militar como fundamental/importante (conforme dados da tabela 01), a maioria dos entrevistados (68%) sinalizaram que as vagas nos concursos públicos não devem ser distribuídas igualmente entre homens e mulheres, como constatado na fala dos entrevistados abaixo:

Não, acho que deveria ser 70% homens e 30% mulheres (Entrevistado 20).

Não, em razão do serviço ser de risco (Entrevistado 01).

Como as atividades da polícia militar é bastante peculiar e específica, é interessante que os policiais masculinos sejam em maior número (Entrevistado 11).

Não, porque o serviço de rua exige mais homem (Entrevistado 16).

Esses dados revelam que mesmo aceitando a presença feminina na Polícia Militar, ainda há um descrédito ou não confiança no trabalho desenvolvido pelas mulheres nessa área da segurança pública. No entanto, fica o questionamento de porque não igualar a quantidade de vagas nos concursos para a Polícia Militar, pois a unificação do quadro feminino e masculino pode reforçar o processo de igualdade, respeitando as diferenças, peculiaridades e especificidades de ambos os sexos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo as mulheres sofreram preconceitos por inserir no mercado de trabalho, pois culturalmente as mesmas eram criadas e educadas para cuidarem da casa e de suas famílias.

Assim como em outros países, o Brasil também sofreu seu processo de industrialização, em que as mudanças econômicas provocaram o crescimento da urbanização alterando costumes e valores sociais e familiares.

Ao adentrar o campo do trabalho, a mulher conquistou sua autonomia financeira, bem como reconhecimento profissional. Porém, continuou com a responsabilidade de cuidadora do lar e da família, ou seja, com a inserção da mulher no mercado de trabalho aumenta suas atribuições, fazendo com que sua vida doméstica se adapte aos horários de sua vida profissional.

Vale ressaltar que durante muitos anos houve dificuldades para que a mulher alcançasse o direito à cidadania plena. Ainda tiveram que enfrentar a falta de políticas públicas e a dupla jornada de trabalho.

A trajetória de lutas e conquistas da mulher na sociedade, principalmente no mercado de trabalho com reconhecimento profissional em diversas áreas, revela que as mulheres sempre buscaram seu espaço numa sociedade tida como machista.

E no âmbito da polícia não foi diferente, aos poucos as mulheres puderam exercer funções tidas como masculinas, puderam portar armas e atuar no policiamento ostensivo, como qualquer PM homem, exercendo funções no rádio-patrolhamento, policiamento escolar, ambiental e rodoviário, no trânsito e no Corpo de Bombeiros. As mudanças são visíveis, no entanto, a realidade ainda apresenta muitos desafios ligados às relações de gênero.

Os resultados da pesquisa evidenciam que existe por parte dos policiais militares um descrédito ou não confiança no trabalho desenvolvido pelas mulheres na área da segurança pública.

A maioria dos entrevistados considera fundamental o trabalho da mulher na polícia, mas restringem esse trabalho aos serviços de buscas e abordagens. Embora boa parte dos entrevistados considere a mulher capacitada para atuar no policiamento ostensivo, outros desconsideram essa capacidade feminina, afirmando que as mulheres no 2º. BPM deveriam desenvolver apenas trabalhos burocráticos, opinião que consideramos discriminatória.

Alguns policiais militares também colocaram suas dificuldades em trabalhar com as mulheres, justificando, para tanto, a pouca força física do sexo feminino, o que os levam muitas vezes, a sentirem-se obrigados a protegê-las.

Nesse contexto, e tendo em vista um trabalho majoritariamente masculino, além da sociedade tida como “machista”, é certo que ainda existe preconceito dos policiais militares masculinos acerca da inserção da mulher na polícia militar, um preconceito pouco explícito, mas ainda persistente.

A participação da mulher na polícia representa a ascensão em uma profissão com ideologias machistas. Esperamos que as mudanças em curso ultrapassem valores conservadores e discriminatórios, reconhecendo o espaço que a mulher conquistou no mercado de trabalho através da sua competência, responsabilidade, inteligência, dedicação e luta.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. Lisboa: Persona; 1997.

BARSTED, Leila Linhares. **Gênero e desigualdades**. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/doc/generoedesigualdades.pdf>> Acesso em 19 out. 2010.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e a sua importância para a análise de relações sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 2, jan/jun. 2001.

FELIZARDO, Douglas; COUTO, Larissa. **População economicamente ativa e inativa no Brasil e no mundo**. Disponível em:
<<http://blogdageografiavc.blogspot.com/2009/07/douglas-felizardo-e-larissa-couto.html>> Acesso em: 01 jun. 2011.

FERREIRA, Virginia. A segregação sexual do mercado de trabalho: perspectivas teóricas e políticas. **Revista Sociedade e Trabalho**, Lisboa, n. 6, p. 39-56, 1999.

L'APICCIRELLA, Carlos Fernando Priolli. Segurança pública. **Revista Eletrônica de Ciências**, São Carlos, n. 20, jul. 2003.

MAGGI, Terezinha. **Mulher, sexo frágil ou forte?** Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2108794/artigo-mulher-sexo-fragil-ou-forte>>
Acesso em: 01 jun. 2011.

MARSIGLIA, Regina M. Giffone. **O projeto de pesquisa em Serviço Social**. Brasília: UnB, 2001. (Capacitação em Serviço Social - Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social)

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: Teoria e método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

NEVES, Paulo Sergio da Costa. Espaço público, polícia e cidadania: em busca de novas formas de sociabilidade. In: NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE, Célia D. G.; FREITAS, Fábio F. B. (Orgs). **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop, Bagaço, 2002.

PARAÍBA. Lei nº. 3.909, de 14 de Julho de 1977. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares do estado da Paraíba, e dá outras providências. **Diário Oficial da Paraíba**, 20 set. 1977.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da historia das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de Historia**, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Fátima. **Como funciona a polícia militar**. Disponível em:
<<http://pessoas.hsw.uol.com.br/policia-militar11.htm>> Acesso em: 14 mar. 2011.

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da Pesquisa: A inserção da Mulher na Polícia Militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º BPM de Campina Grande – PB

Pesquisador (a) Responsável: Maria José do Nascimento Oliveira

Informação Sobre a Pesquisa:

Estou realizando um estudo onde vou Analisar a ótica do contingente masculino do 2º BPM de Campina Grande – PB sob a inserção da mulher na Polícia Militar e, para isso, solicito a sua colaboração em participar de uma entrevista sobre o assunto.

Pesquisadora Responsável

Eu _____, Policial Militar do 2º BPM de Campina Grande – PB, abaixo assinado, tendo recebido as informações sobre a pesquisa intitulada: A inserção da Mulher na Polícia Militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º BPM de Campina Grande/PB, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, de acordo com a Resolução nº. 196/1996 sobre pesquisa envolvendo seres humanos, art. III., concordo em participar da pesquisa.

Inciso III – 1 – A observação dos princípios éticos na pesquisa envolve:

- a) Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos – alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes. Tratar os participantes em sua dignidade respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade.
- b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos.
- c) Garantias de que danos previsíveis serão evitados.
- d) Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).

Campina Grande/PB, ____ / ____ /20 ____.

Entrevistado (a)



Apêndice B: Entrevista



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Nome da Pesquisa: A inserção da Mulher na Polícia Militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º BMP de Campina Grande – PB

Pesquisador (a) Responsável: Maria José do Nascimento Oliveira

ENTREVISTA Nº. _____

1) Idade: _____

2) Estado civil:

- () solteiro
() casado
() divorciado
() outros _____

3) Escolaridade:

- | | |
|----------------------------|-------------------------|
| () fundamental incompleto | () médio completo |
| () fundamental completo | () superior incompleto |
| () médio incompleto | () superior completo |

4) Graduação:

- | | |
|-----------------|------------------|
| () Soldado | () 2º Tenente |
| () Cabo | () 1º Tenente |
| () 3º Sargento | () Capitão |
| () 2º Sargento | () Major |
| () 1º Sargento | () Ten. Coronel |
| () Subtenente | () Coronel |

5) Data de admissão: ____ / ____ / ____

6) Renda Salarial:

- () 1 a 2 SM
() 2 a 3 SM
() 3 a 4 SM
() outros

7) O que você acha da atuação da mulher na Polícia Militar?

8) Você acha que depois da inserção da mulher na polícia houve alguma mudança? Por que?

- 9)** Você divide o seu campo de trabalho com alguma policial militar feminina?
- 10)** Você considera que a mulher está “invadindo” um campo de trabalho que era tido anteriormente como área masculina? Por que?
- 11)** Você acha a mulher capacitada para atuar no policiamento ostensivo?
- 12)** Há alguma dificuldade, da sua parte, em ter uma mulher como companheira de serviço? Porquê?
- 13)** Quando estão trabalhando, você sente, já sentiu ou sentiria a obrigação de proteger sua colega de trabalho, porque ela é mulher?
- 14)** Você acha que nos concursos para a Polícia Militar as vagas deveriam ser iguais entre homens e mulheres?
- 15)** Do seu ponto de vista, as mulheres na PM deveriam ocupar apenas funções administrativas? Por quê?

Campina Grande/PB, _____/_____/20_____.